

1. Introdução

O orçamento e as grandes opções do plano para 2025, foi construído seguindo as regras previsionais definidas, assim como, sobre uma base consolidada de equilíbrio das contas do Município.

Tal como nos últimos anos, prevê-se que o ano de 2024, atinga uma execução da receita superior a 80%, demonstrando o rigor com que o orçamento foi construído.

As receitas dos impostos e taxas, foram calculadas tendo por base a média dos últimos 24 meses, com exceção do IMI, o qual foi calculado com base na liquidação do VPT de todos os prédios conforme informação retirada do Portal da Autoridade Tributária, do IMT que, para além da média, teve em consideração os imóveis que se esperam transacionar derivados das novas urbanizações, nomeadamente, NOOBA, Jabba e Platinum e que darão um incremento extraordinário. As receitas provenientes da venda de bens e prestação de serviços, por uma questão de prudência, também foram apuradas tendo por base o mesmo princípio.

À média apurada, adicionou-se os montantes por receber à data de elaboração do orçamento e que se espera vir a receber no decurso de 2025.

As transferências provenientes do Orçamento de Estado estão de acordo com o montante apresentado para 2025.

As verbas consideradas no âmbito da descentralização nas áreas da educação, saúde e ação social, têm igual reflexo no lado da despesa.

Globalmente, este montante é de 11.781.145 €.

As transferências de capital, evidenciam as verbas referentes a Fundos Comunitários já aprovados e com correspondência nas despesas orçamentadas.

Nestas, importa realçar os montantes já contratualizados no âmbito do PRR cujo reflexo neste orçamento é de 17.410.007 €.

Os passivos financeiros, refletem os montantes de empréstimos de médio e longo prazo já contratualizados e não utilizados, nomeadamente o empréstimo para reabilitação do Barreiro Velho, Nó de Santo António, Piscina dos Fidalguinhos, Torralta e EB 1 da Telha Nova.

Todos estes empréstimos, têm o correspondente reflexo na despesa de investimento.

Os ativos financeiros, refletem o montante a receber via SMTCB para liquidação da amortização referente aos empréstimos contratados para aquisição dos 60 autocarros e do posto de abastecimento.

As despesas com pessoal estão de acordo com o mapa de pessoal apresentado, para além do reflexo dos montantes previstos para alterações obrigatórias e facultativas do posicionamento remuneratório, assim como, do subsídio de refeição, engloba o montante total a pagar com massa salarial, no âmbito da descentralização na área da educação e saúde.

Com base no atrás descrito, o orçamento e as grandes opções do plano para 2025, no valor de 118.771.040 €, é superior ao orçamento atual de 2024 em 7,93%.

Este orçamento, assegura o princípio do equilíbrio orçamental formal, material e da regra do equilíbrio orçamental prevista no artigo 40.º da Lei 73/2013 de 03 de setembro, alterada pela Lei n.º 51/2018 de 16 de agosto.

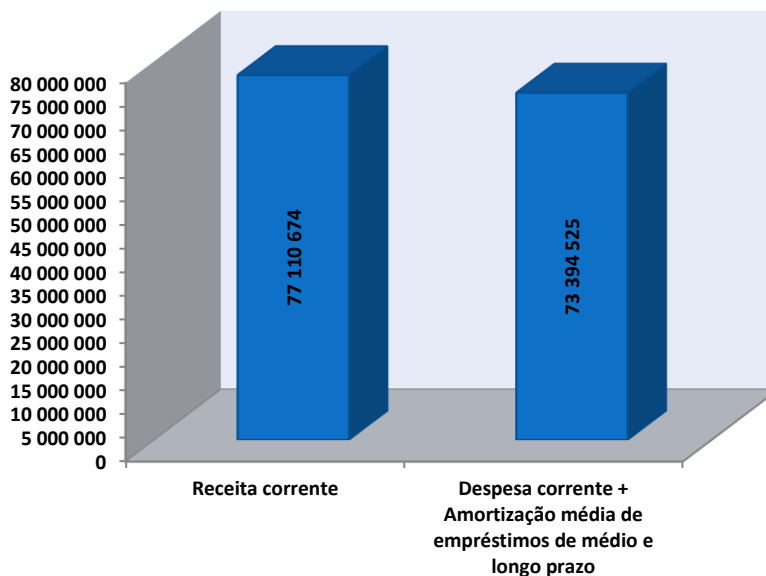
2. Equilíbrio Orçamental

Quadro n.º 1 – Demonstração do equilíbrio orçamental

Equilíbrios orçamentais	2025	Cumprimento	Enunciado da regra
Receita total / Despesa total	100,00%	sim	O orçamento prevê recursos necessários para cobrir todas as despesas
Receita corrente / Despesa corrente	108,90%	sim	As receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes
Receita corrente bruta / (Despesa corrente + Amortização média empréstimos de médio e longo prazo)	105,06%	sim	A receita corrente bruta cobrada, deve ser, pelo menos, igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo

Conforme demonstrado no quadro n.º 1, o orçamento para 2025, assegura o equilíbrio orçamental de acordo com a legislação em vigor, isto é, as receitas correntes, cobrem as despesas correntes acrescidas da amortização média dos empréstimos (2.582.950 €) de acordo no Regime Financeiro das Autarquias Locais).

Gráfico n.º 1 – Equilíbrio orçamental



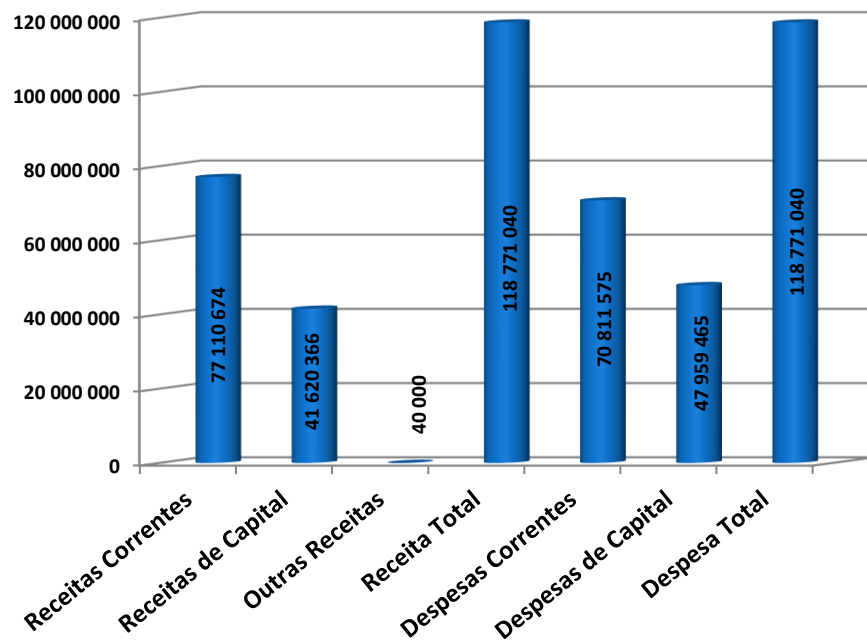
3. O Orçamento

O Orçamento para 2025, no montante de 118.771.040 €, apresenta um acréscimo de 7,93 %, ou seja, 8.722.584 €, de valor absoluto, face ao atual orçamento de 2024.

Quadro n.º 2 – Síntese do orçamento do ano 2025

(Em Euros)									
RECEITAS	VALOR		%		DESPESAS	VALOR		%	
	2025	2024	Δ s/ 2024	S/ Total		2025	2024	Δ s/ 2024	S/ Total
CORRENTE					CORRENTE				
01 Impostos Directos	22 944 105	19 277 605	19,02%	29,75%	01 Pessoal	33 264 720	30 547 484	8,90%	46,98%
Imposto Municipal s/ Imóveis	11 295 000	12 410 295	-8,99%	49,23%	02 Aquisição de Bens e Serviços:	27 171 935	27 090 943	0,30%	38,37%
Imposto Único de Circulação	1 806 600	1 740 095	3,82%	7,87%	Aquisição de Bens	1 686 040	2 031 780	-17,02%	6,21%
Imposto Municipal s/ Transmissões	8 918 920	4 298 700	107,48%	38,87%	Aquisição de Serviços	25 485 895	25 059 163	1,70%	93,79%
Derrama	922 585	827 715	11,46%	4,02%	03 Juros e Outros Encargos:	1 482 700	1 205 125	23,03%	2,09%
Impostos abolidos (CA + SISA)	1 000	800	25,00%	0,00%	De Empréstimos de M/L Prazo	1 450 000	1 147 500	26,36%	97,79%
04 Taxas, Multas e Outras Penalidades	6 455 000	5 482 563	17,74%	8,37%	De Empréstimos de C/Prazo	100	5 100	-98,04%	0,01%
05 Rendimentos de Propriedade	250 280	656 029	-61,85%	0,32%	De Locação Financeira	7 500	12 475	-39,88%	0,51%
06 Transferências Correntes	29 794 499	30 418 060	-2,05%	38,64%	Outros Juros	25 000	40 000	-37,50%	1,69%
Finanças Locais (FEF + FSM + IRS + IVA)	17 002 894	15 722 662	8,14%	57,07%	Outros Encargos Financeiros	100	50	100,00%	0,01%
Outras Entidades	12 791 605	14 695 398	-12,96%	42,93%	04 Transferências Correntes:	8 138 020	7 329 972	11,02%	11,49%
07 Venda de Bens e Serviços	17 465 740	14 969 279	16,68%	22,65%	Juntas de Freguesia	2 383 495	2 287 055	4,22%	29,29%
Venda de Bens	4 742 220	4 250 100	11,58%	27,15%	Serviços Municipalizados	163 000	163 000	0,00%	2,00%
Venda de Água	4 742 120	4 250 000	11,58%	100,00%	CIM	25 000		100,00%	0,31%
Restantes Bens	100	100	0,00%	0,00%	A.N.M.P.	7 000	6 965	0,50%	0,09%
Serviços	11 267 645	9 394 570	19,94%	64,51%	Área Metropolitana de Lisboa	532 490	532 540	-0,01%	6,54%
Rendas	1 455 875	1 324 609	9,91%	8,34%	Associação p/ Const. Sist. Abast. Água Alta	17 000	17 000	0,00%	0,21%
08 Outras Receitas Correntes	201 050	202 585	-0,76%	0,26%	Clubes, Colectividades e Outras Entidades	2 492 170	2 328 659	7,02%	30,62%
					Escolas	1 693 705	1 248 859	35,62%	20,81%
					Bombeiros	530 760	457 280	16,07%	6,52%
					Serviços Sociais	110 000	95 000	15,79%	1,35%
					Agência Regional de Energia	66 850	66 850	0,00%	0,82%
					Outras transferências	2 000	2 000	100,00%	0,02%
					Famílias	114 550	124 764	-8,19%	1,41%
					06 Outras Despesas Correntes	754 200	450 770	67,31%	9,27%
TOTAL RECEITAS CORRENTES					TOTAL DESPESAS CORRENTES				
77 110 674					70 811 575				
71 006 121					66 624 294				
8,60%					6,28%				
64,92%					59,62%				
CAPITAL					CAPITAL				
09 Venda de Bens de Investimento:	168 770	76 350	121,05%	0,41%	07 Aquisição de Bens de Capital	44 342 665	37 394 052	18,58%	92,46%
Terrenos	162 920	71 250	128,66%	96,53%	Terrenos	100	100	0,00%	0,00%
Habitacões			0,00%	0,00%	Habitacões	3 380 280	6 187 635	-45,37%	7,62%
Equipamento de Transporte	5 750	5 000	15,00%	3,41%	Edifícios	16 037 550	11 325 456	41,61%	36,17%
Maquinaria e Equipamento	100	100	0,00%	0,06%	Construções Diversas	20 588 830	12 044 405	70,94%	46,43%
10 Transferências de Capital:	20 792 344	19 113 377	8,78%	49,96%	Material de Transporte	0	0	0,00%	0,00%
Finanças Locais (FEF + art.º 35.º Lei 73/2013)	2 725 479	1 963 372	38,82%	13,11%	Equipamento de informática	534 660	528 480	1,17%	1,21%
Outras Comparticipações da Adm. Central e Local	656 858	2 040 791	-67,81%	3,16%	Software Informático	1 198 035	1 544 735	-22,44%	2,70%
Programas Comunitários + PRR	17 410 007	15 109 214	15,23%	83,73%	Equipamento Administrativo	12 000	112 606	-89,34%	0,03%
11 Ativos financeiros	6 481 900	6 265 741	3,45%	15,57%	Equipamento Básico	230 715	356 090	-35,21%	0,52%
12 Passivos financeiros	14 167 352	9 553 389	48,30%	34,04%	Outros Investimentos	2 263 555	5 056 305	-55,23%	5,10%
13 Outras Receitas de Capital:	10 000	10 000	0,00%	0,02%	Locação Financeira	96 940	238 240	-59,31%	0,22%
					08 Transferências de Capital	834 000	870 185	-4,16%	1,74%
					Juntas de Freguesia	0	0	0,00%	0,00%
					Serviços Municipalizados	251 500	251 500	0,00%	30,16%
					Clubes, Colectividades e Outras Entidades	382 500	418 685	-8,64%	45,86%
					Bombeiros	200 000	200 000	0,00%	23,98%
TOTAL RECEITAS CAPITAL					TOTAL DESPESAS DE CAPITAL				
41 620 366					47 959 465				
35 018 857					43 424 162				
18,85%					10,44%				
35,04%					40,38%				
OUTRAS RECEITAS					OUTRAS RECEITAS				
15 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	40 000	5 000	700,00%	100,00%	10 Passivos financeiros	2 781 800	5 157 425	-46,06%	5,80%
16 Saldo da Gerência Anterior	0	4 018 478	-100,00%	0,00%	Amortização Empréstimos C/ Prazo	100	2 500 000	-100,00%	0,01%
Na posse do Serviço	0	1 729 754	-100,00%	0,00%	Amortização Empréstimos M/L Prazo	2 770 000	2 640 000	4,92%	99,58%
Na posse do Serviço - Consignado	0	2 288 724	-100,00%	0,00%	Amortização Empréstimos Habitação Social	11 700	17 425	-32,86%	0,42%
					11 Outras Despesas Capital	1 000	2 500	100,00%	0,00%
TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS					TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL				
40 000					47 959 465				
4 023 478					43 424 162				
-99,01%					10,44%				
0,03%					40,38%				
TOTAL GERAL					TOTAL GERAL				
118 771 040					118 771 040				
110 048 456					110 048 456				
7,93%					7,93%				
100,00%					100,00%				

Gráfico n.º 2 – Síntese do orçamento



Receita

A receita orçamentada para o exercício de 2025 regista um acréscimo de 7,93 % em relação ao ano anterior.

As receitas correntes apresentam um aumento de 8,60 %, as de capital um acréscimo de 18,85 % e as outras receitas uma redução de 99,01 %.

Gráfico n.º 3 – Decomposição da receita

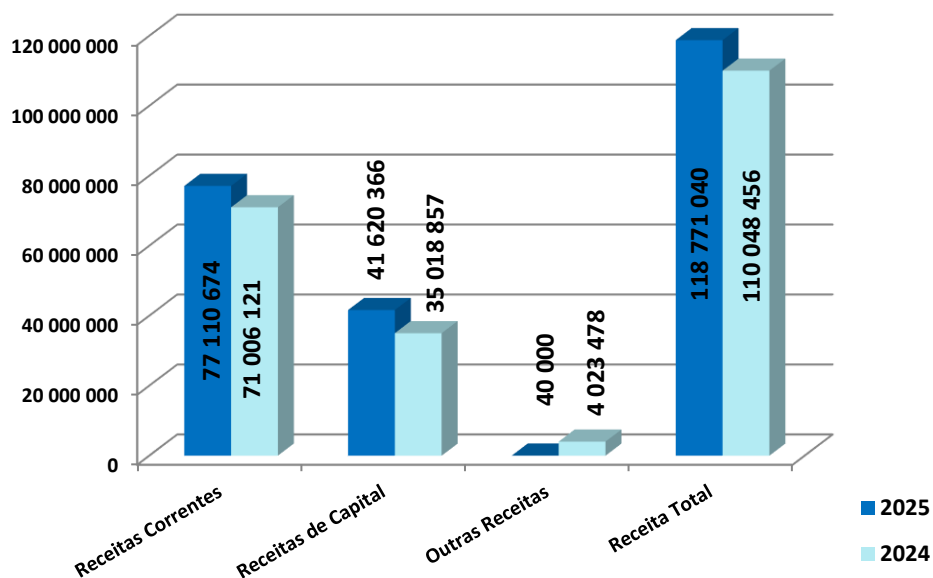
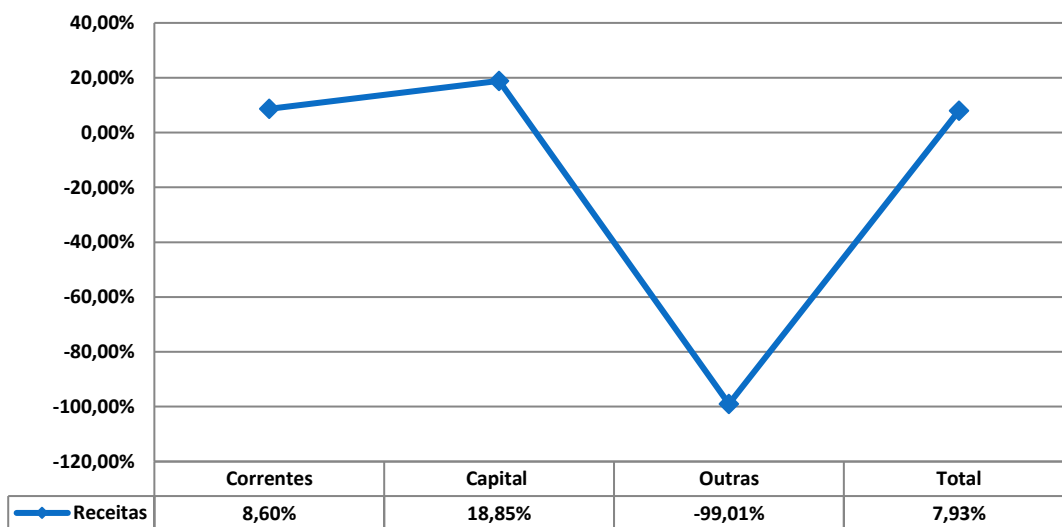


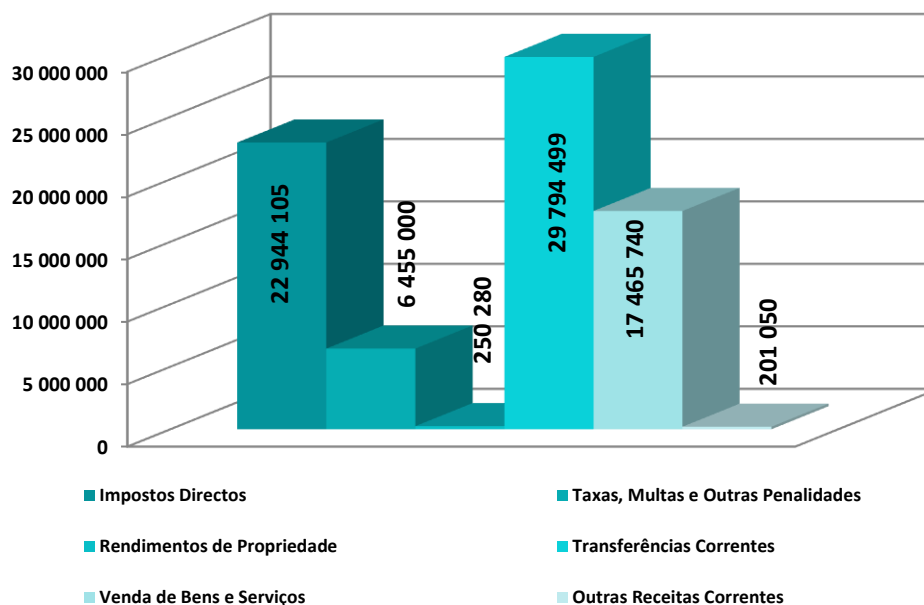
Gráfico n.º 4 – Evolução da receita



As receitas correntes são responsáveis por 64,92 % das receitas totais e apresentam um acréscimo de 8,60 % em relação ao ano anterior.

O total das receitas correntes é superior às despesas correntes em 8,90 % (vide ponto 2 – Equilíbrio orçamental).

Gráfico n.º 5 – Decomposição da receita corrente

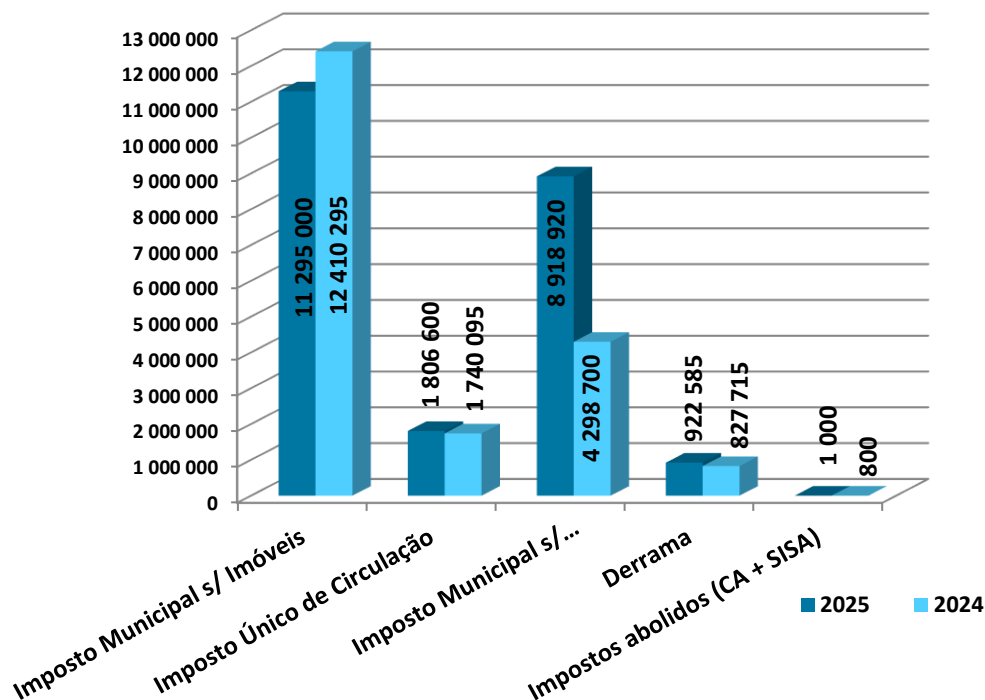


O valor dos impostos directos reflete, a média recebida nos últimos 24 meses. A este montante, aumentou-se 1.060.000 no IMI com base na liquidação do VPT de todos os prédios conforme informação retirada do Portal da Autoridade Tributária e 4.500.000 no IMT, uma vez que, considerou-se os imóveis que se esperam transacionar derivados das novas urbanizações, nomeadamente, NOOBA, Jabba e Platinum e que darão um incremento extraordinário deste imposto.

Esta rubrica, representa 29,75 % da receita corrente e 19,32 % do total do orçamento, tem como sua componente central o I.M.I., com um peso de 49,23 %, seguido do I.M.T. com 38,87 %, do I.U.C. com 7,87 %, e da derrama, com 4,02 %.

Apresenta, um acréscimo de 19,02 % face ao orçamento de 2024.

Gráfico n.º 6 – Evolução dos impostos diretos



A rubrica de taxas, multas e outras penalidades, com uma contribuição de 8,37 % no total das receitas correntes apresenta um acréscimo de 17,74 % face ao orçamento de 2024.

O principal valor desta rubrica, refere-se às taxas de construção e à receita proveniente da taxa a pagar pela Setgás pela utilização do subsolo.

Os rendimentos de propriedade constituem 0,32 % do total das receitas correntes da autarquia. Nesta rubrica, está considerado o montante de 223.535 € a transferir pelos SMTCB para a Câmara Municipal para fazer face aos juros a liquidar no decurso de 2025 pelos empréstimos para aquisição dos 60 autocarros e posto de abastecimento.

As transferências correntes são compostas pelas verbas que o município recebe com origem no Orçamento de Estado, do fundo de descentralização e de outros financiamentos obtidos quer junto da Administração Central quer de Fundos Europeus.

Esta rubrica, face ao ano anterior, diminui 2,05 %.

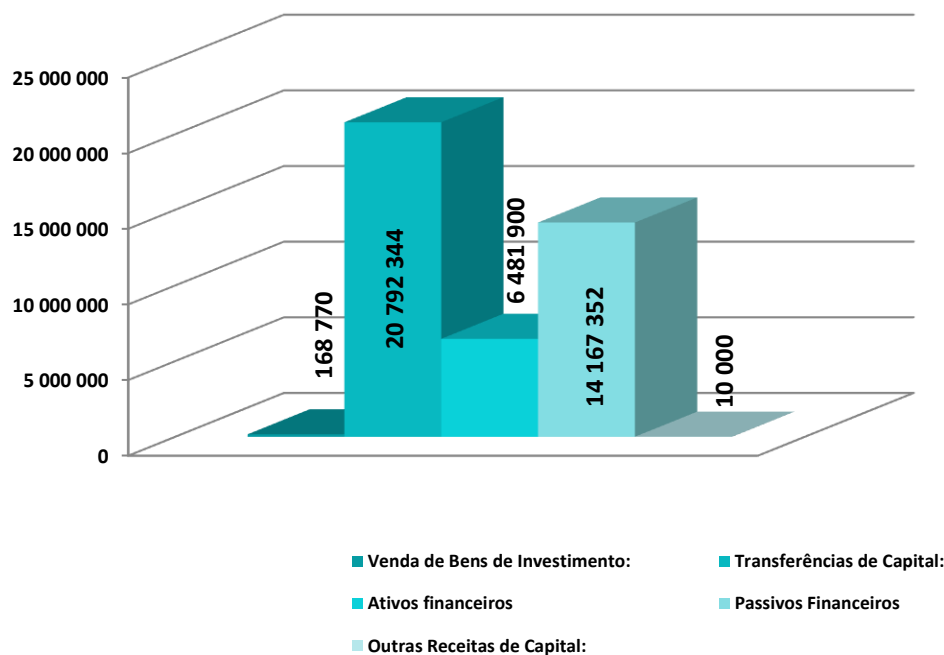
Globalmente, representam 38,64 % das receitas correntes e 25,09 % do total do orçamento, representando a maior fonte de receita da Câmara Municipal do Barreiro.

A venda de bens e serviços desagrega-se, no essencial, nas componentes de venda de água (27,15%), de serviços (64,51%) e rendas (8,34 %). Representa 22,65 % das receitas correntes, apresentando um aumento de 16,68 % face ao ano anterior.

A rubrica de outras receitas correntes, reveste um carácter residual apresentando um peso de 0,29 % do total das receitas correntes.

As receitas de capital, representando 35,04 % do valor global do orçamento, aumentam 18,85 % em relação ao orçamento de 2024.

Gráfico n.º 7 – Decomposição das receitas de capital



O valor da venda de bens de investimento, foi calculado de acordo com a média das vendas dos últimos 36 meses, de acordo com a legislação em vigor.

As transferências de capital, que representam 49,96 % do total das receitas de capital, têm como principal componente, os montantes previstos receber referentes a fundos comunitários, com um peso de 83,73 % no seu total.

Nestes, o grande aumento, verifica-se por via das verbas provenientes do PRR, no montante de 17.410.007 €, nomeadamente, para as comunidades desfavorecidas (4.400.000 €), centro de saúde do Alto Seixalinho / Escavadeira (1.934.012 €), reabilitação do Bairro Alves Redol

(3.023.400 €), USF Fidalguinhos (1.500.000 €), USF Quinta da Lomba (600.000 €), USF Eça de Queiroz (1.600.000 €), Escola EB 2,3 de Santo António (2.399.065 €), Bairros Digitais (887.878 €), Acessibilidades 360º (464.110€), entre outros com valores residuais.

As transferências do Orçamento de Estado representam 13,11 % do total desta rubrica.

Os ativos financeiros, incluem o montante a receber via SMTCB, para liquidação da amortização dos empréstimos de médio e longo prazo contraídos para aquisição dos 60 autocarros e do posto de abastecimento.

Os passivos financeiros, incluem os empréstimos já contratualizados e não utilizados, nomeadamente o empréstimo para reabilitação do Barreiro Velho, Nó de Santo António, Piscina dos Fidalguinhos, Torralta e EB 1 da Telha Nova.

As outras receitas, apresentam um valor residual no total do orçamento, uma vez que, ainda não está considerado o saldo da gerência, a apurar após o encerramento das contas de 2024.

DESPESA

A despesa regista um aumento de 7,93 % face ao ano anterior.

As despesas correntes apresentam um aumento de 6,28 %, enquanto as de capital crescem 10,44 %.

Neste orçamento, estão consideradas todas as verbas necessárias ao normal funcionamento da autarquia, incluindo encargos com o pessoal, rendas, comunicações, energia, seguros e outros contratos. Foram, igualmente, considerados, os juros dos empréstimos de médio e longo prazo, de contratos de *leasing* e ainda as transferências a efetuar para as Juntas de Freguesia e para os Serviços Municipalizados de Transportes Coletivos do Barreiro.

As despesas de capital, por sua vez, traduzem os encargos com investimentos, designadamente empreitadas, intervenções de conservação e reparação, obras com financiamento assegurado e ainda amortizações de empréstimos de curto, médio e longo prazo, contratos de *leasing*, transferências para as Juntas de Freguesia e para os Serviços Municipalizados de Transportes Coletivos do Barreiro.

Nas despesas, estão igualmente consideradas, todas as verbas provenientes quer do processo de descentralização, independentemente da sua natureza, assim como, as verbas para fazer face aos investimentos no âmbito do PRR.

Gráfico n.º 8 – Comparação da despesa

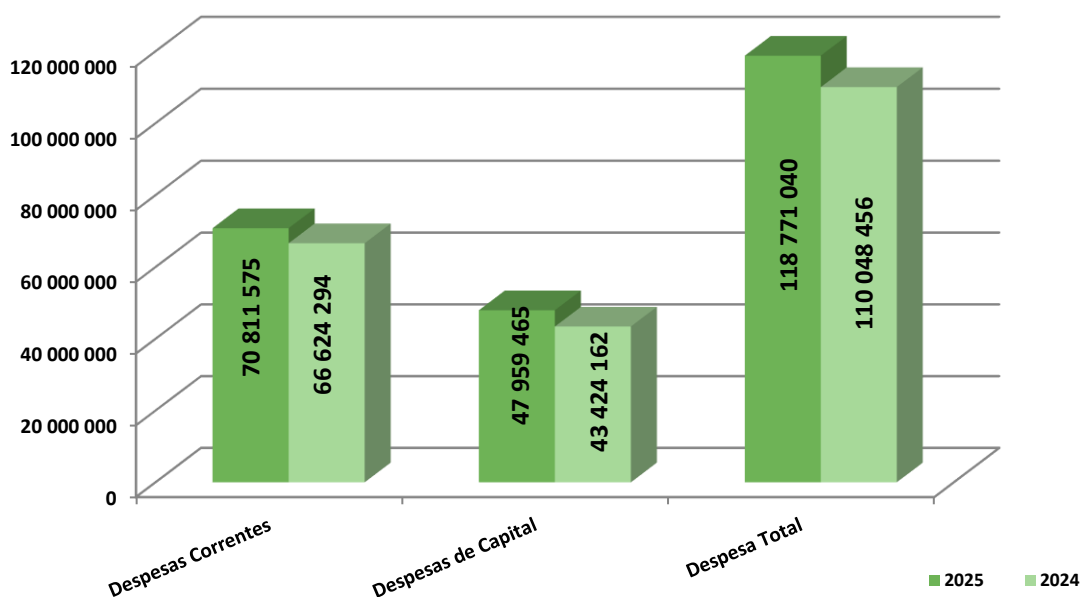
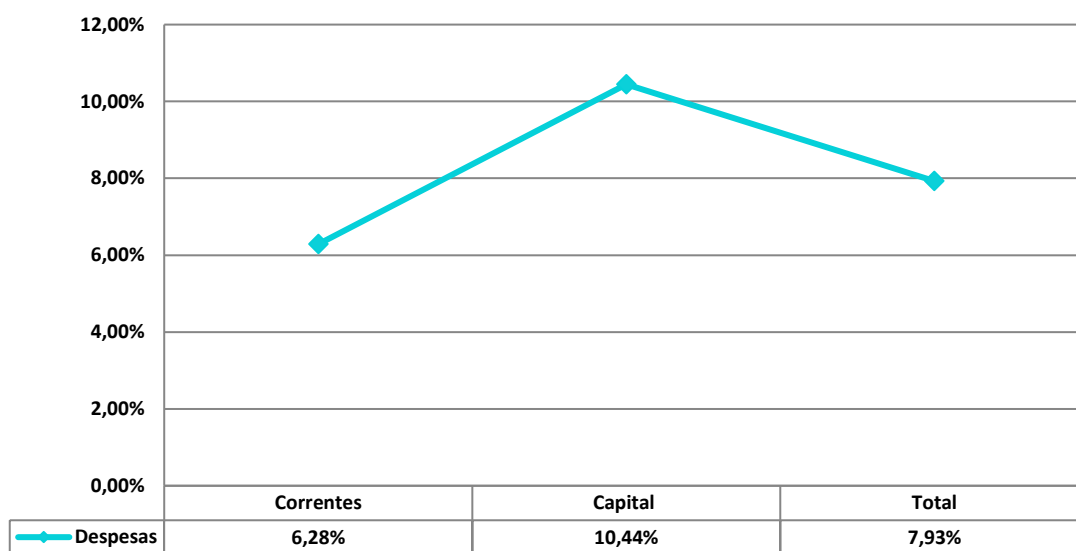
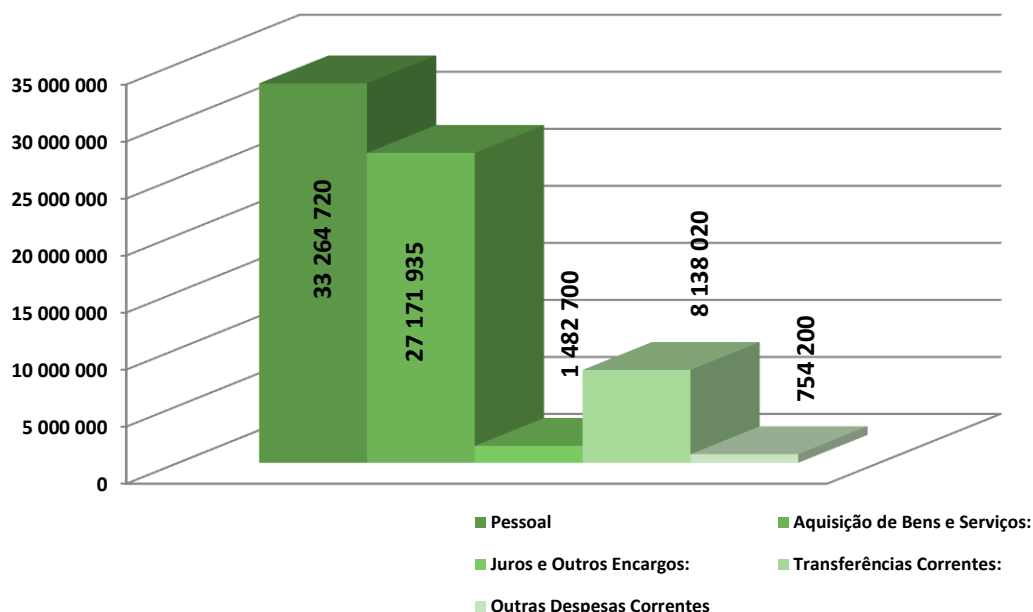


Gráfico n.º 9 – Evolução da despesa



As despesas correntes representam 59,62 % do orçamento global e registam um acréscimo de 6,28 % em relação ao ano anterior.

Gráfico n.º 10 – Decomposição da despesa corrente



As despesas com pessoal com um peso de 46,98 % da despesa corrente e 28 % no total do orçamento, apresentam um aumento de 8,90 % face ao montante de 2024.

Este aumento, para além do reflexo dos aumentos salariais e progressões nas carreiras, assim como, do subsídio de refeição, engloba o montante total a pagar com massa salarial, no âmbito da descentralização na área da saúde e ação social, o que face a 2024.

No seu valor consideram-se, além dos salários e respetivos abonos, os valores a pagar à Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social, para além da verba prevista para novas contratações. Com um aumento de 0,30 % relativamente ao ano anterior, as aquisições de bens e serviços representam cerca de 38,37 % das despesas correntes.

Os juros e outros encargos financeiros a liquidar pelo Município decorrentes de empréstimos de médio e longo prazo, contratos de locação financeira e juros de mora, apresentam, este ano, um acréscimo de 23,03 % face a 2024, por via da utilização dos novos empréstimos acima referenciados.

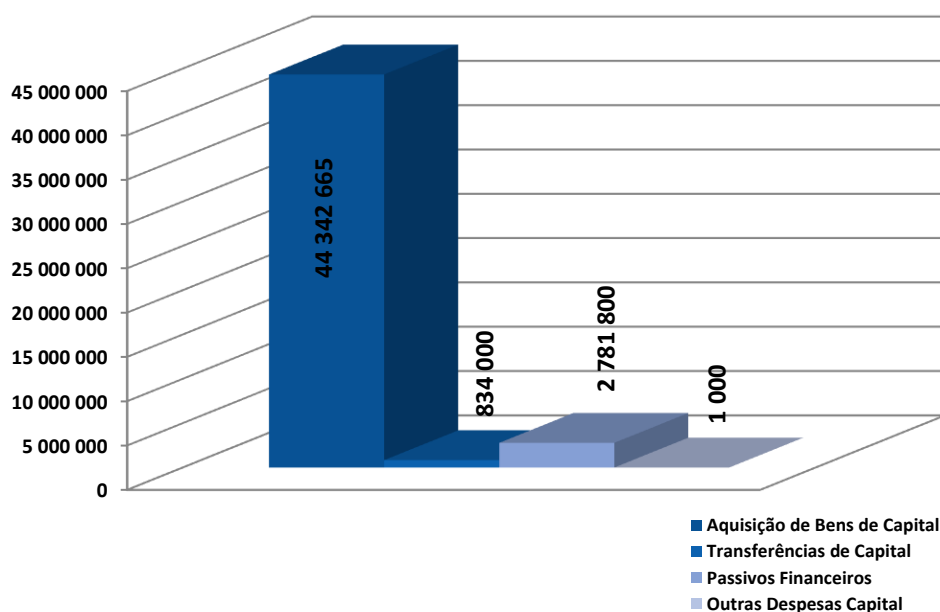
As transferências correntes associam-se a compromissos assumidos com as Juntas de Freguesia, SMTCB, AIA, AML, clubes, escolas, bombeiros, coletividades e outras entidades. No seu montante, está considerada a contribuição do Município do Barreiro para a Área Metropolitana de Lisboa no âmbito da Autoridade de Transportes e Mobilidade.

Inclui ainda, as verbas a transferir no âmbito da descentralização nas áreas da educação e ação social.

Considerou-se ainda uma verba para a constituição da futura CIM.

As despesas de capital, representam cerca de 40,38 % do total do orçamento e registam um acréscimo de 10,44 % em relação ao ano anterior.

Gráfico n.º 11 – Decomposição da despesa de capital



A aquisição de bens de capital representa 92,46 % da despesa de capital e apresenta no orçamento de 2025, um aumento de 18,58 % face a 2024.

As suas principais componentes são os Edifícios e as Construções Diversas com um peso de 36,17 % e 46,43 %, respetivamente.

O aumento destas rubricas, no valor de 13.256.519 €, deve-se, em grande parte, aos investimentos financiados no âmbito do PRR e de empréstimos de médio e longo prazo.

As transferências de capital abrangem as verbas de investimento que o município prevê efetuar para os SMTCB, clubes, escolas, bombeiros, coletividades e outras entidades.

A rubrica de ativos financeiros engloba o montante a receber dos SMTCB referente às amortizações do empréstimo para aquisição dos 60 autocarros e posto de combustível.

Os passivos financeiros concentram o valor das amortizações a pagar pelos empréstimos de médio e longo prazo contraídos, estando o seu valor em linha com o enviado pelas instituições financeiras.

4. As Grandes Opções do Plano

As grandes opções do plano, assentes sobre um horizonte plurianual, assumem-se como elemento estruturante das políticas macroeconómicas da autarquia.

Integram-nas o plano plurianual de investimentos e o plano de atividades mais relevantes.

No plano plurianual de investimentos inserem-se os projetos e ações que implicam despesas orçamentais a realizar por investimentos, enquanto no plano das atividades mais relevantes estão todos os projetos e ações merecedores de particular destaque e cujo desenvolvimento é promovido através de despesas orçamentais correntes e outras de capital que não se encontrem incluídas no capítulo 07 – aquisição de bens de capital.

É no somatório de todos os projetos e ações que compõem as grandes opções do plano, que encontram reflexo as atividades a desenvolver em cada ano.

Uma análise do documento apresentado para o exercício de 2025 permite afirmar que as grandes opções do plano apresentam um valor global definido de 68.903.675 € e um acréscimo de 4,92 % face ao ano anterior.

O plano plurianual de investimentos apresenta um valor de 44.342.665 € representando 64,35 %, enquanto as atividades mais relevantes com um valor de 24.516.010 €, representam 35,65 % do total das G.O.P.

Enquanto objetivos com maior peso nas grandes opções do plano destacam-se:

- a) Dinamizar a ação social e a intervenção sócio – cultural, com um peso de 57,24 % e um acréscimo de 50,30 %. Este acréscimo, deve-se, essencialmente à concretização das ações do projeto para as Comunidades Desfavorecidas (ações imateriais, reabilitação do Bairro Alves Redol e Escola 6), da reformulação da circulação da Santinha, das USF dos Fidalguinhos, Quinta da Lomba e Eça de Queiroz, das Escolas de Santo António e da Telha Nova e da Nova Piscina dos Fidalguinhos.

Inclui ainda as verbas provenientes do processo de descentralização nas áreas da educação, saúde e ação social.

Mantém-se uma forte aposta na cultura, desporto, educação, assim como, na ação social escolar.

- b) Gestão económico – financeira e administrativa mais eficaz, com 16,67 %, sendo este valor em grande parte influenciado pela amortização dos empréstimos de médio e longo prazo, assim como, pelos encargos a suportar em 2024 com encargos de cobrança, seguros, limpeza das instalações e eletricidade, entre outros.

- c) Promover a melhoria do ambiente e a qualidade de vida, que com um peso de 8,04 % no total das GOP, apresenta um acréscimo de 86,26 % face a 2024.
- Neste objetivo, está prevista o início das obras das Bacias de Retenção da Penalva, para além da requalificação dos terrenos da Torralta e reabilitação do Antigo Teatro Cine.
- d) Gestão do território como suporte do desenvolvimento sustentável, com um peso de 6,33% do total das GOP, apresenta um decréscimo de 54,54% face a 2024.
- Neste objetivo, está considerado o montante para a 1.ª fase da obras de requalificação do Barreiro Velho.
- e) O objetivo 01 – Reforçar a participação, democracia e cidadania, apresenta um peso de 4,43 % e uma redução de 21,59 % face a 2024.
- f) O objetivo 05 – Melhorar a mobilidade e acessibilidades, com um peso de 4,24 %, no total das GOP, apresenta um aumento de 31,48 %.
- Neste objetivo, para além do apoio aos SMTCB, está previsto o arranque da empreitada do Nó de Santo António, assim como um reforço das pavimentações.
- g) Os restantes objetivos apresentam um peso residual no total das Grandes Opções do Plano.

Quadro n.º 3 - Evolução das grandes opções do plano

(Em Euros)

OBJECTIVOS		DOTAÇÃO		%	
		2025	2024	Δ s/ 2024	S/ Total
01	Reforçar Part., Democ. e Cidadania	3 053 495	3 894 228	-21,59%	4,43%
02	Contribuir Dinam. Emp. Desenv. Económico	1 342 925	732 700	83,28%	1,95%
03	Promover Melhoria Ambiente Qualidade Vida	5 536 930	2 972 651	86,26%	8,04%
04	Gestão Território Suporte Desenvolvimento Sustentável	4 364 995	9 601 125	-54,54%	6,33%
05	Melhorar a Mobilidade e as Acessibilidades	2 920 350	2 221 070	31,48%	4,24%
06	Dinamizar Acção Social e Intervenção Sócio - Cultural	39 441 470	26 242 395	50,30%	57,24%
07	A Segurança das Populações	757 165	696 785	8,67%	1,10%
08	Gestão Econ - Financeira e Administrativa mais Eficaz	11 486 345	19 308 691	-40,51%	16,67%
TOTAL		68 903 675	65 669 645	4,92%	100,00%

Gráfico n.º 12 – Estrutura das Grandes Opções do Plano

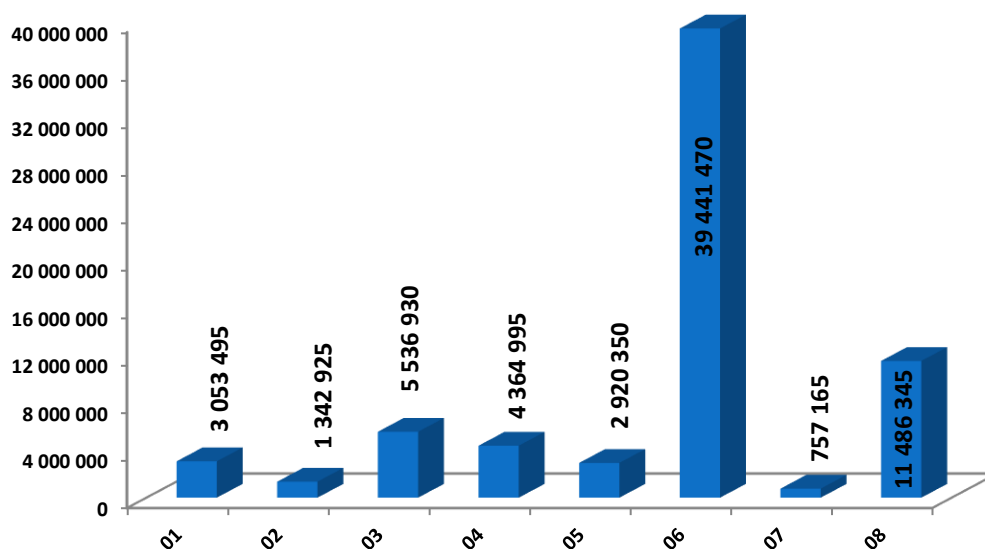
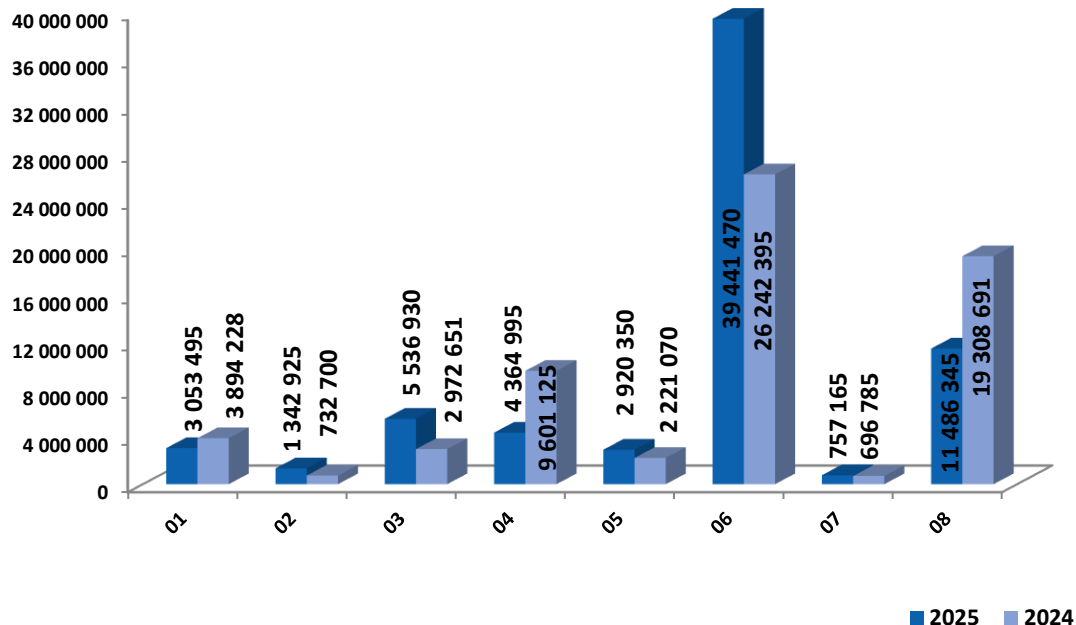


Gráfico n.º 13 – Comparação das Grandes Opções do Plano



Quadro n.º 4 - Composição das grandes opções do plano

(Em Euros)

OBJECTIVOS		GOP			%			
		PPI	AMR	Total	PPI		AMR	
					Total Obj.	Total Global	Total Obj.	Total Global
01	Reforçar Part., Democ. e Cidadania	705 000	2 348 495	3 053 495	23,09%	1,59%	76,91%	9,56%
02	Contribuir Dinam. Emp. Desenv. Económico	1 233 595	109 330	1 342 925	91,86%	2,78%	8,14%	0,45%
03	Promover Melhoria Ambiente Qualidade Vida	5 407 430	129 500	5 536 930	97,66%	12,19%	2,34%	0,53%
04	Gestão Território Suporte Desenvolvimento Sustentável	4 364 995		4 364 995	100,00%	9,84%	0,00%	0,00%
05	Melhorar a Mobilidade e as Acessibilidades	1 920 350	1 000 000	2 920 350	65,76%	4,33%	34,24%	4,07%
06	Dinamizar Acção Social e Intervenção Sócio - Cultural	28 616 955	10 824 515	39 441 470	72,56%	64,54%	27,44%	44,07%
07	A Segurança das Populações	16 405	740 760	757 165	2,17%	0,04%	97,83%	3,02%
08	Gestão Econ - Financeira e Administrativa mais Eficaz	2 077 935	9 408 410	11 486 345	18,09%	4,69%	81,91%	38,31%
TOTAL		44 342 665	24 561 010	68 903 675	64,35%	100,00%	35,65%	100,00%

Gráfico n.º 14 – Composição das Grandes Opções do Plano

